

## FALE COM A GENTE!

Editores Bruno Rios e Marcelo Luis  
E-mail portomar@tribuna.com.br  
Telefone 2102-7157

## PORTO &amp; MAR

# Movimento sindical atrasa liberação de cargas no Porto

Operação padrão de auditores da Receita retém combustíveis e insumos para indústria automobilística no cais

FERNANDA BALBINO  
DA REDAÇÃO

Os desembarques de graneis líquidos combustíveis e produtos importados por grandes empresas, principalmente as do setor automotivo, são os principais afetados pela operação padrão de auditores fiscais da Receita Federal no Porto de Santos. Conforme apurado pela reportagem, já foram registradas dificuldades na manutenção das linhas de produção e há riscos de desabastecimentos pontuais.

Além disso, a categoria endureceu o movimento e passou a retardar a liberação de Declarações Únicas de Exportação (DU-E). Agora, a previsão é de que as mercadorias só sejam liberadas para os embarques após 10 dias.

Outra ação dos auditores é retardar as declarações de trânsito aduaneiro. Com isso, a expectativa é que cerca de 300 caminhões fiquem parados diariamente esperando liberação no Porto de Santos.

Os auditores da Receita Federal entraram em operação padrão como resposta ao tratamento recebido pelo Governo Federal, que não honrou um acordo firmado em 2016 para o pagamento de bônus de produtividade aos servidores. Também lutam por recomposição dos quadros, com a realização de concurso público.

Com isso, desde o final do ano passado, a liberação de mercadorias está sendo prejudicada no Porto de Santos. As exceções são para medicamentos e insumos



Entre 10 mil e 12 mil contêineres passam diariamente pelo complexo santista; do total, cerca de 6 mil estão sendo impactados pelo movimento

## NO LIMITE

"Vamos fazer avaliação para concentrar (a operação padrão) também nos pequenos importadores, atrasando importações e exportações também. Não é o que a gente quer, mas é a ferramenta que a gente tem. Sabemos do transtorno que isso causa para a sociedade. A nossa formação prega exatamente o contrário, ajudar o País. Mas chegamos ao limite com a espera desde março de 2016"

Elias Carneiro Junior  
Presidente do Sindifisco em Santos

médicos e hospitalares, cargas vivas, perecíveis, bem como o tráfego de viajantes em trânsito internacional.

Entidades que representam importadoras de combustíveis alertam que a mo-

bilização da categoria já atrasa em mais de 10 dias os desembarques de produtos As empresas avaliam que isso pode levar ao aumento nos preços dos produtos e ao risco de desab-

tecimentos pontuais.

De acordo com o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, cargas que demoram um ou dois dias para serem liberadas atualmente estão levando mais de seis dias para terem o desembarço concluído.

"Some-se a isso os custos adicionais com armazenagem, sobreestadia do contêiner, manutenção dos equipamentos refrigerados e perda de mercado interno pelos custos adicionais, além do desbalanceamento que poderá ocorrer

com a falta de liberação dos contêineres de importação para os futuros embarques", adverte o executivo do Sindamar.

Segundo ele, o resultado é prejuízo para todo o segmento do comércio exterior. "Embora os auditores estejam trabalhando, de forma presencial ou remota, com a operação padrão os processos na importação sofrem atrasos, considerando a morosidade na liberação das mercadorias que podem levar dias".

### REPRESADAS

De acordo com o presidente do Sindicato Nacional

dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco) em Santos, Elias Carneiro Junior, mais de 11 mil metros cúbicos de nafta tiveram a liberação atrasada no Porto de Santos. O mesmo acontece com cargas como diesel e álcool, além de componentes utilizados para a fabricação de veículos.

Carneiro explica que, antes, os contêineres que necessitavam de conferência física tinham 10% das mercadorias vistoriadas. Durante a operação padrão, todo o conteúdo é verificado pelos auditores.

### IMPACTO

Quando se avalia o volume de mercadorias que passam pelo Porto de Santos, é possível ter uma noção da grandeza do problema. Entre 10 mil e 12 mil contêineres são movimentados no cais santista por dia. Desses, cerca de 6 mil são impactados.

"Além disso, o importador contrata despachante, que faz a Declaração de Importação. Se cair no canal verde, a carga está liberada. Se der amarelo ou vermelho, ela vai ser distribuída para um auditor. O que estamos fazendo é atrasar de uma semana a 10 dias essa distribuição. Então, são dois gargalos: distribuição e conferência", explicou o sindicalista.

Ele também falou de um "avermelhamento" de cargas que normalmente cairiam no canal verde. Pelas regras da Receita Federal, há quatro modalidades de inspeção.

No canal verde, as mercadorias são liberadas sem a necessidade de vistorias. Já as do canal amarelo passam por conferência documental, enquanto as do vermelho devem ter análise física e de documentos. No canal cinza, além das inspeções já realizadas na mercadoria e nas suas declarações, os valores também são analisados.

## Reuniões mensais de comissão de facilitação são canceladas

Sem respostas do governo às reivindicações da categoria, os auditores fiscais da Receita Federal cancelaram toda a agenda de reuniões da Comissão Local de Facilitação do Comércio Exterior em Santos (Colfac). O próximo encontro estava previsto para o dia 17, na Alfândega. E o mesmo aconteceu em outras unidades aduaneiras do País.

A informação é do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco) de Santos. De acordo com o vice-presidente da entidade, Flavio Prado, as reuniões são realizadas mensalmente e promovem mudanças em sistemas, além de dar treinamento para os envolvidos no comércio exterior.

"Pela revolta pelo corte de orçamento e pelo acordo não cumprido, essas reuniões acabaram sendo canceladas. Enquanto a situação não for resolvida, não devemos realizá-las em todo o País", afirmou.



Próximo encontro do Colfac estava marcado para o próximo dia 17, na Alfândega do Porto de Santos

A Colfac foi criada em 2018 em 15 alfândegas do País, que respondem por 80% dos despachos aduaneiros. Reunindo os setores

público e privado, a comissão tem como objetivo facilitar o comércio exterior, através da identificação de problemas e busca de soluções.

Segundo o Sindifisco, com a suspensão das reuniões por tempo indefinido, fecha-se um importante canal de troca de infor-

mações entre a Receita Federal e importadores, exportadores e demais intervenientes do comércio exterior. "Dessa forma, não serão realizadas melhorias nos processos e sistemas informatizados do comércio exterior, o que pode resultar em perda de competitividade do Brasil no comércio exterior. Além disso, ocorrerão dificuldades na implementação total do Acordo sobre Facilitação do Comércio (AFC), assinado pelo Brasil e outros 111 países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC)", desta-

cou a entidade.

### META ZERO

Além da Alfândega de Santos, os auditores fiscais lotados na Delegacia da Receita Federal em Santos também aderiram à mobilização da categoria e estão trabalhando com a chamada "meta zero", que está atrasando o lançamento de créditos tributários.

Somente a equipe regional de Santos já deixou de lançar em janeiro o equivalente a R\$ 119 milhões em crédito tributário em favor da Receita Federal. A Associação Brasileira de Direito Tributário (ABDT) também se manifestou em apoio à categoria. A entidade defende a extinção do imposto de renda sobre a renda de natureza jurídica.

